



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 6.126, DE 10 DE MARÇO DE 2022

“Estabelece a prioridade da mulher vítima de violência doméstica e familiar na aquisição de imóveis nos programas habitacionais do município de Itapira e dá outras providências.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIRA aprovou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Estabelece-se por esta Lei que, os programas habitacionais promovidos pelo Município de Itapira, terão como prioridade a mulher vítima de violência doméstica e familiar na aquisição do imóvel, contando que apresente qualquer um dos seguintes requisitos:

I – certidão que comprove a existência de ação penal enquadrando o agressor nos termos da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha;

II – documento que comprove a instauração de inquérito policial contra o agressor nos termos da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha;

III – relatório elaborado por assistente social que realizou o atendimento da vítima em qualquer órgão da rede de proteção em defesa dos direitos da mulher existente no município.

Art. 2º Para efeito do disposto nesta lei consideram-se Programas Habitacionais, todas as ações da política habitacional do município de Itapira, desenvolvidas por meio dos seus braços operacionais, através de recursos próprios do tesouro municipal, ou mediante parceria com a União, Estado ou entes privados.

Art. 3º Serão destinados 5% (cinco por cento) das residências para as mulheres em situação de violência doméstica que, comprovadamente, residam há mais de 5 anos em Itapira e que preencherem algum dos requisitos do artigo 1º, incisos I, II e III.

Parágrafo Único. Caso as mulheres não preencham os requisitos estabelecidos no artigo 1º, incisos I, II e III, as residências serão distribuídas para o público geral.

Art. 4º O Poder Público Municipal respeitará os seguintes níveis de prioridade:

I – a mulher que está abrigada em uma casa abrigo ou na casa de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA
ESTADO DE SÃO PAULO

parentes e amigos;

II – a mulher que tem filhos com alguma deficiência;

III – a mulher que tem filhos menores sem deficiência;

IV – a mulher com renda de até 3 (três) salários mínimos vigentes.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que lhe couber.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA, em 10 de março de 2022.


ANTONIO HÉLIO NICOLAI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada em livro próprio na Divisão de Atos Oficiais da Secretaria de Governo e afixada no quadro de editais na data supra.


SANDRO CÉSAR OLIVEIRA ALMEIDA
SECRETÁRIO DE GOVERNO